

BRANCO

HISTÓRIA DE UMA COR

MICHEL
PASTOUREAU

TRADUÇÃO José Alfaro

ORFEU
NEGRO

OBRA PUBLICADA COM OS SEGUINTE APOIOS

Centro Nacional do Livro – MINISTÉRIO DA CULTURA FRANCÊS

Programa de apoio à publicação – INSTITUT FRANÇAIS

OUVRAGE PUBLIÉ AVEC LES SOUTIENS SUIVANTS

Centre national du livre – MINISTÈRE FRANÇAIS CHARGÉ DE LA CULTURE

Programme d'aide à la publication – INSTITUT FRANÇAIS

TÍTULO ORIGINAL

Blanc: Histoire d'une couleur

AUTOR

Michel Pastoreau

TRADUÇÃO

José Alfaro

REVISÃO

João Berhan

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Rui Silva

PAGINAÇÃO

Rita Lynce

IMPRESSÃO

Guide – Artes Gráficas

COPYRIGHT

© 2022 Éditions du Seuil

© 2023 Orfeu Negro

1.ª EDIÇÃO

Lisboa, Julho 2023

DL 518132/23

ISBN 9978-989-9071-77-3

ORFEU NEGRO

Rua Silva Carvalho, n.º 152 – 2.º

1250-257 Lisboa | Portugal

www.orfeunegro.org

A cor branca é a primeira entre as cores [...]. É por ela que começa o nosso prazer em as contemplar e o nosso conhecimento para as brasonar [...]. Parece-se com a lua, as estrelas, a neve e outras coisas naturais. No vestuário, adequa-se a pessoas de boa compleição, ou seja, alegres e decididas [...]. E quando em libré é usada com azul, significa cortesia e sabedoria; com amarelo, fruição de amor; com vermelho, ousadia em coisas honestas; com verde, bela e virtuosa juventude.

*Le blason des couleurs en armes, livrées et
devises, autor anónimo, c. 1480-1485*



INTRODUÇÃO

O BRANCO É UMA COR

Há algumas décadas, no início do século XX ou mesmo nos anos 50, o título deste livro poderia ter surpreendido alguns leitores, pouco habituados a considerar o branco uma verdadeira cor. Hoje, é provável que isso já não suceda, apesar de ainda haver quem lhe conteste essa qualidade. O branco recuperou claramente o estatuto que, durante séculos ou até milénios, havia sido o seu: o de uma cor de pleno direito, e mesmo o de um pólo importante na maioria dos sistemas cromáticos. Tal como o preto, seu parceiro, o branco tinha progressivamente perdido o estatuto de verdadeira cor entre o fim da Idade Média e o século XVII: o aparecimento da imprensa e da imagem gravada – com tinta preta sobre papel branco – conferira a estas duas cores uma posição especial, que a Reforma protestante, primeiro, e os progressos científicos, depois, acabaram por situar nas margens do universo das cores. Por fim, quando em 1666 Isaac Newton descobriu o espectro, propôs ao mundo erudito uma nova ordem cromática na qual deixava de haver lugar tanto para o branco quanto para o preto. Tratou-se de uma verdadeira revolução, que



não se limitou à ciência, estendendo-se gradualmente ao conhecimento comum e depois à cultura material.

Esta mutação durou quase três séculos, durante os quais o branco e o preto foram pensados e vividos como «não-cores», e depois como formando em conjunto um universo autónomo: o «preto-e-branco». Na Europa, esta concepção foi familiar a uma dezena de gerações, e, apesar de hoje já estar algo ultrapassada, na verdade, também não nos choca muito: preto e branco de um lado, cores do outro.

As nossas sensibilidades, contudo, mudaram. Foram os artistas quem primeiro, a partir da década de 1900, começou a devolver ao branco e ao preto o estatuto que havia sido o deles antes do fim da Idade Média: o de cores de pleno direito. Seguiram-se-lhes pouco a pouco os homens de ciência, ainda que, durante muito tempo, alguns físicos se tenham mostrado renitentes em reconhecer ao branco verdadeiras propriedades cromáticas. O grande público acabou por se lhes juntar, de modo que hoje, na nossa vida quotidiana, nos nossos códigos sociais, nos nossos sonhos e no nosso imaginário, já não temos motivos para opor o mundo da cor ao do preto-e-branco. Sobrevêm apenas, aqui ou ali (fotografia, cinema, imprensa, edição), alguns resquícios dessa antiga distinção. Mas por quanto tempo?

Por isso, o título deste livro não é de forma alguma um erro ou uma provocação. O branco é efectivamente



uma cor, e mesmo uma cor «de primeiro nível», tal como o vermelho, o azul, o preto, o verde e o amarelo – ao passo que o violeta, o laranja, o rosa, o cinzento e o castanho pertencem a um segundo grupo, que tem uma história mais curta e um simbolismo mais pobre.

Antes de procurar contar a longa história do branco nas sociedades europeias, tenho de fazer algumas observações importantes, que serão depois desenvolvidas ao longo dos capítulos e dos períodos estudados.

A primeira é uma extensão directa do que acaba de ser dito sobre o branco, cor de pleno direito. Durante séculos, na Europa, nunca houve em nenhuma língua uma sinonímia entre as palavras «branco» e «incolor». Tanto em grego e latim como nas línguas vernáculas, o adjectivo «branco» teve muitos sentidos figurados (puro, limpo, virgem, inocente, vazio, intacto, claro, luminoso, favorável, etc.), mas nunca significou «sem cor». Para isso, será preciso esperar pela época moderna. Antes, a noção de incolor – sob muitos aspectos difícil de conceber, de precisar e de representar – está ligada à matéria ou à luz, e não à coloração. Para os autores que consideram a cor uma matéria, ou seja, uma espécie de película que envolve os corpos, o incolor é a ausência ou a diminuta quantidade de matéria corante. Deste modo, os seus sinónimos devem ser



procurados em palavras como «insaturado», «deslavado», «diáfano», «transparente». Ao invés, para os autores que, como Aristóteles, vêem na cor um enfraquecimento da luz em contacto com os corpos, o incolor encontra o seu elemento de referência e a sua eventual sinonímia no preto. Nem num nem noutro caso se trata do branco.

Para ver aparecer uma espécie de equivalência entre «branco» e «incolor», temos de esperar pelo fim da Idade Média e pelo início da época moderna. O papel parece ter sido aqui determinante. Suporte do livro impresso e da imagem gravada, o papel, mais branco que o pergaminho, acaba por constituir uma espécie de grau zero da cor. De facto, em todas as imagens, a cor revela-se sobre um fundo, e é esse fundo – ou o suporte, qualquer que ele seja – que representa o «sem cor»: o pergaminho no caso do manuscrito iluminado; a parede na pintura mural; a madeira ou a tela na pintura sobre painel; o papel na imagem gravada e impressa. Nos séculos xv e xvi, a multiplicação dos suportes em papel, tanto para as imagens como para os livros, contribuiu para estabelecer uma espécie de sinonímia entre a cor desse papel – o branco – e o incolor.

A minha segunda observação diz respeito à percepção das diferentes *nuances* do branco: com o tempo, esta tornou-se mais pobre, pelo menos no Ocidente.



Na verdade, o nosso olho moderno parece muito menos sensível do que o dos nossos antepassados às múltiplas variedades de branco, não só as oferecidas pela natureza, mas também as produzidas pelo próprio Homem através da tintura e da pintura. Menos sensível igualmente do que o olho de populações não-ocidentais, por exemplo as do Extremo Norte, habituadas a ver no espectáculo da neve e do gelo uma vasta gama de brancos, cujas subtis *nuances* muitas vezes só são perceptíveis (e nomeáveis) pelos autóctones. As línguas europeias reflectem este empobrecimento. No uso corrente, já só dispõem de um único termo para nomear a cor branca, enquanto no passado havia vários, frequentemente dois, por vezes mais.

A terceira observação está relacionada com a anterior: é hoje difícil não se opor o branco ao preto. As duas cores formam um par quase indissociável, mais forte do que o constituído por quaisquer outras duas cores, incluindo o azul e o vermelho. Mas nem sempre assim foi. Nos textos medievais, as passagens em que o branco se opõe ao preto não são frequentes; isto é ainda mais notório nas imagens ou nos objectos, onde estas duas cores raramente se vêem associadas para formar uma bicromia significativa. Só a pelagem (cães, bovinos) e a plumagem (pegas) de certos animais as reúnem nas representações, tal como o fazem na natureza. Na verdade, até ao aparecimento da gravura e da



imprensa – um ponto de viragem absolutamente decisivo na história das cores –, o verdadeiro oposto medieval do branco não é tanto o preto como o vermelho. O mundo dos símbolos e dos emblemas, as modas de vestuário, mais tarde as competições desportivas e os jogos de tabuleiro, com as suas equipas, os seus dois lados, ou simplesmente as suas peças de duas cores diferentes, fornecem-nos imensas provas disso: durante muito tempo, a oposição não se faz entre o branco e o preto, mas entre o branco e o vermelho.

A minha última observação prende-se com o simbolismo das cores. Elas são sempre ambivalentes, tendo cada uma os seus aspectos positivos e os seus aspectos negativos. Há um vermelho bom (energia, alegria, festa, amor, beleza, justiça) e um vermelho mau (raiva, violência, perigo, erro, punição). Um preto bom (sobriedade, dignidade, autoridade, luxo) e um preto mau (tristeza, luto, morte, inferno, bruxaria). No caso do branco, porém, o simbolismo é menos maniqueísta. Na sua maioria, as ideias associadas ao branco são virtudes ou qualidades: pureza, virgindade, inocência, sabedoria, paz, bondade, limpeza. Poderíamos acrescentar-lhes o poder e a elegância social: ao longo de séculos, na Europa, o branco foi a cor da monarquia e da aristocracia, especialmente em certos cerimoniais e no vestuário. Os nossos «colarinhos brancos», as nossas camisas e vestidos brancos são de certa forma uma





extensão disso. Ao longo de séculos, o branco também foi a cor da higiene: todos os tecidos em contacto com o corpo (roupa interior, lençóis de cama, toalhas, etc.) deviam ser brancos, tanto por razões higiénicas como morais. Hoje, isso já não se passa: deitamo-nos em lençóis de cores vivas e usamos roupa interior de todas as cores. Mas o branco manteve-se a cor da limpeza e da higiene, a exemplo das casas de banho, dos quartos de hospital e até dos frigoríficos. É limpo, puro, frio, silencioso.

Por fim, o branco foi durante muito tempo a cor do sagrado e da sua encenação. No código das cores litúrgicas, por exemplo, o cristianismo medieval e o catolicismo moderno associaram-no às festas de Cristo e da Virgem, ou seja, às principais festas da Igreja. Esta associação entre a cor branca e o sagrado pode ser encontrada em muitas religiões, por vezes em tempos remotos. Muitos cultos antigos oferecem assim aos deuses animais de pelagem ou de plumagem branca, e os sacerdotes ou as vestais oficiantes nesses cultos apresentam-se vestindo essa mesma cor.

No entanto, o branco nem sempre é positivo. Numa grande parte da Ásia e de África, é a cor da morte, não sendo esta vista como o contrário da vida, mas do nascimento. A morte é aí considerada um novo nascimento, e ambos são emblematizados pela mesma cor. No Ocidente, o branco está por vezes associado ao luto, aos





defuntos, aos fantasmas, até às fadas e às criaturas estranhas vindas do Além. Com maior frequência ainda, significa o vazio, o frio, o medo e a angústia. Um branco bem branco é tanto mais misterioso e inquietante quanto, durante séculos, nem os pintores nem os tintureiros foram capazes de alcançar a brancura absoluta do lírio, do leite ou da neve. Durante muito tempo – pelo menos até ao século XVIII –, os brancos fabricados na Europa não passam de «quase brancos», sem brilho, crus, esmaecidos, acinzentados, amarelados. Hoje, essas dificuldades técnicas desapareceram, mas continua a haver no branco algo de secreto e de inacessível, simultaneamente atraente e angustiante, fascinante e paralisante, como se esta cor, ao contrário das outras, não estivesse ainda liberta de todas as suas dimensões sobrenaturais. Será caso para nos regozijarmos ou para nos preocuparmos?

O presente livro é o sexto e último de uma série iniciada há mais de vinte anos. Cinco obras o precederam: *Azul: História de uma cor* (2000), *Preto: História de uma cor* (2008), *Verde: História de uma cor* (2013), *Vermelho: História de uma cor* (2016), *Amarelo: História de uma cor* (2019), todos publicados na mesma editora, a Seuil¹. A exemplo dos anteriores, o plano deste livro é cronológico: trata-se de facto de uma história da cor branca, não de uma





enciclopédia do branco, e ainda menos de um estudo sobre o seu lugar apenas no mundo contemporâneo. Tentei estudar esta cor na longa duração e sob todos os seus aspectos, do léxico aos símbolos, passando pela vida quotidiana, as práticas sociais, os saberes científicos, as aplicações técnicas, as morais religiosas, as criações artísticas, o mundo dos emblemas e das representações. Com demasiada frequência, as obras que pretendem falar da história das cores limitam-se aos períodos mais recentes, e por vezes mesmo apenas às questões pictóricas, o que é fortemente redutor. A história da pintura é uma coisa, a história das cores é outra, bem mais vasta, e não há nenhuma razão para a limitar à época contemporânea.

No entanto, tal como as cinco obras precedentes, esta só na aparência é monográfica. Uma cor nunca vem sozinha. Só ganha sentido, só «funciona» plenamente, do ponto de vista social, lexical, artístico ou simbólico, se estiver associada ou for oposta a uma ou a várias outras cores. Logo, é impossível considerá-la de forma isolada. Falar do branco implica necessariamente falar do preto, do vermelho, do azul, e até do verde e do amarelo.

Estas seis obras formam um edifício em cuja construção trabalho há mais de meio século: a história das cores nas sociedades europeias, desde a Antiguidade romana até ao século XVIII. Ainda que, como se verá



nas páginas seguintes e como se pode ler nas minhas outras obras, eu ultrapasse consideravelmente a montante e a jusante estes dois períodos, é nesse intervalo cronológico – já muito lato – que se situa o essencial da minha investigação. Também é de forma intencional que a limito às sociedades europeias, visto que para mim os problemas da cor são, antes de mais, problemas sociais. Ora, o historiador que eu sou não tem competência para falar do planeta inteiro, nem interesse em compilar, em segunda ou terceira mão, trabalhos feitos por outros investigadores sobre culturas não-europeias. Para não escrever disparates, para não pilhar nem plagiar livros alheios, limito-me ao que conheço e que, desde 1983, foi objecto dos meus seminários na École Pratique des Hautes Études e na École des Hautes Études en Sciences Sociales ao longo de quatro décadas. Um caloroso agradecimento a todos os meus alunos, doutorandos, assistentes e ouvintes pelo frutuoso intercâmbio de ideias que mantivemos e que, espero, continuaremos a ter. A cor é um denominador comum a todos nós e está ligada a todos os problemas da vida em sociedade.